

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

Mulher do amanhã: uma leitura crítica da trajetória política e institucional de Dilma Rousseff
Woman of tomorrow: a critical reading of Dilma Rousseff political and institutional trajectory

Pablo Rafael da Cunha Guimarães – Graduado em Direito no Centro Universitário Claretiano
E- mail: pablorafael14155@gmail.com

Resumo

O estudo analisa criticamente a trajetória política e institucional de Dilma Rousseff, examinando sua relevância histórica como símbolo de resistência na consolidação democrática brasileira. Como problema central, investiga-se em que medida sua atuação, desde a militância contra a ditadura civil-militar até a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB/BRICS), reflete tensões estruturais entre memória, democracia e desigualdade de gênero. Adota-se como hipótese que a experiência política de Rousseff expressa um processo de resistência contínua que, embora enfrente tentativas de apagamento e deslegitimação, notadamente durante o impeachment de 2016, reafirma o papel da memória como instrumento de reconstrução institucional. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes acadêmicas, institucionais e jornalísticas. Os resultados indicam que a trajetória de Rousseff transcende o campo biográfico, configurando-se como uma narrativa de reconstrução democrática e de reconfiguração dos espaços de poder feminino. Conclui-se que a “mulher do amanhã” representa a permanência da resistência política como forma de memória ativa e a projeção de um novo paradigma de liderança feminina no cenário nacional e global.

Palavras-Chave: Dilma Rousseff; memória; democracia; gênero; resistência política.

Abstract

The study critically analyzes the political and institutional trajectory of Dilma Rousseff, examining her historical relevance as a symbol of resistance in Brazil's democratic consolidation. The central question investigates to what extent her actions, from militancy against the civil-military dictatorship to her presidency of the New Development Bank (NDB/BRICS), reflect structural tensions among memory, democracy, and gender inequality. The hypothesis adopted is that Rousseff's political experience embodies a continuous process of resistance which, despite attempts at erasure and delegitimization, particularly during the 2016 impeachment, reaffirms the role of memory as an instrument of institutional reconstruction. This qualitative and exploratory research is based on bibliographical review and documentary analysis of academic, institutional, and journalistic sources. The results indicate that Rousseff's trajectory transcends the biographical field, constituting a narrative of democratic reconstruction and reconfiguration of female power spaces. It concludes that the “woman of tomorrow” represents the persistence of political resistance as a form of active memory and the projection of a new paradigm of female leadership in the national and global arenas.

Keywords: Dilma Rousseff; memory; democracy; gender; political resistance.

1. Introdução

A trajetória de Dilma Rousseff ocupa um lugar singular na história política brasileira contemporânea. Sua biografia ultrapassa a esfera pessoal para se converter em um espelho das transformações e rupturas que marcaram o Estado democrático brasileiro nas últimas décadas. Da militância armada contra a ditadura civil-militar à presidência da República, Rousseff simboliza o entrelaçamento entre resistência política, gênero e poder institucional, configurando-se como uma das figuras mais complexas e emblemáticas da democracia recente. A análise de seu percurso permite

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

compreender a persistência de estruturas autoritárias e patriarcais no campo político e o modo como a memória molda a própria ideia de justiça histórica.

O estudo propõe uma leitura crítica da trajetória de Rousseff sob perspectiva político-institucional, resgatando elementos de sua atuação na luta contra o regime autoritário, na criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e na consolidação de um projeto de governo pautado na continuidade de políticas de inclusão social. Paralelamente, busca-se examinar o processo de impeachment de 2016 como expressão de um tensionamento entre mídia e política, em que as noções de legitimidade e soberania popular foram submetidas a um processo de erosão institucional amplamente denunciado por intelectuais e organismos internacionais.

O percurso de Rousseff é também uma narrativa de gênero. Sua presença no mais alto cargo do Executivo federal expôs, de modo inédito, as fraturas do imaginário político brasileiro, tradicionalmente masculino e excludente. A reação a essa presença evidenciou não apenas divergências ideológicas, mas também a força das estruturas simbólicas que delimitam os espaços possíveis de atuação feminina na esfera pública. Como observou Saisi (2014) e Moritz (2020), a mídia e a opinião pública frequentemente construíram sua imagem sob o prisma da inadequação, atribuindo-lhe características tidas como incompatíveis com a liderança política.

A relevância deste estudo não se limita à reconstituição cronológica de fatos, mas à compreensão das dinâmicas de poder e resistência que permeiam o percurso de Rousseff. O golpe parlamentar de 2016, a promessa de retorno e sua recente atuação na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), do bloco BRICS, indicam a continuidade de um projeto político que se reformula diante das adversidades, reafirmando a capacidade de reconstrução de lideranças que resistem à tentativa de apagamento histórico.

Dilma Rousseff permanece, assim, como uma figura-limite. Entre o passado autoritário e o futuro democrático. Entre o silêncio imposto pela tortura e a palavra retomada pela história. Analisar sua trajetória significa revisitar a própria democracia brasileira e reconhecer que, no campo político, a resistência é, antes de tudo, uma forma de memória ativa.

2 Marco Teórico / Resultados

A análise proposta se ancora em referenciais teóricos que abordam a relação entre memória, democracia e gênero. Conforme Hannah Arendt (1973), a política é o espaço onde a pluralidade humana se manifesta, sendo a ação e a resistência dimensões essenciais da liberdade.

Como preceitua Nora (1984), a construção das identidades nacionais está profundamente ligada à preservação e à ativação de “lugares de memória” – entidades materiais ou simbólicas que sustentam a memória coletiva. Essa noção dialoga com a criação da Comissão Nacional da Verdade,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

instituída no Brasil durante o governo Dilma Rousseff, como tentativa de reconstrução da narrativa democrática.

Além disso, as perspectivas da teoria feminista e da teoria política contemporânea (Pateman, 1988; Young, 1990) oferecem instrumentos para compreender o papel de Dilma Rousseff na desconstrução das barreiras de gênero e no tensionamento das estruturas de poder dominadas por homens.

Assim, o marco teórico combina elementos da teoria democrática, dos estudos de gênero, tal qual das análises institucionais, articulando-os para compreender o significado político da trajetória de Dilma Rousseff no contexto da democracia brasileira e global.

3. Material e Método

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental. A escolha por essa abordagem decorre da natureza histórico-política do objeto de estudo que demanda tanto a interpretação de textos teóricos quanto a leitura crítica de documentos oficiais e registros históricos.

A revisão bibliográfica foi conduzida com o objetivo de reunir e examinar produções acadêmicas que abordam as múltiplas dimensões da trajetória de Rousseff, desde sua militância política até sua atuação em organismos internacionais. Foram utilizadas plataformas de pesquisa científica como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Google Acadêmico, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e periódicos especializados em ciências sociais e direito, privilegiando artigos de natureza analítica e crítica (PINTO, 2011; PEIXOTO; RENNÓ, 2012; PINHEIRO, 2014; SANTOS; COSTA, 2016; MOREIRA; MOURA, 2021).

A análise documental, por sua vez, compreendeu o exame de fontes primárias e institucionais, como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), discursos oficiais proferidos por Rousseff no Senado Federal e no contexto do Novo Banco de Desenvolvimento, além de registros jornalísticos de portais oficiais e da imprensa nacional (Agência Brasil, Folha de S. Paulo e Câmara dos Deputados). Tais documentos foram selecionados por sua relevância política e histórica, bem como pela autenticidade das informações apresentadas.

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em três etapas sequenciais: (i) levantamento e seleção bibliográfica e documental, com o mapeamento de obras, artigos e documentos que compõem o corpus analítico; (ii) análise de conteúdo das fontes acadêmicas, institucionais e jornalísticas, buscando identificar os eixos temáticos centrais como resistência política, construção institucional, gênero e poder; (iii) interpretação crítica e síntese dos dados, articulando as perspectivas

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

teóricas e empíricas de modo a permitir uma leitura ampla sobre o impacto histórico e simbólico da trajetória de Dilma Rousseff na política brasileira e internacional.

Com base em Sá-Silva et al. (2009) e Marconi & Lakatos (2017), a revisão bibliográfica constitui um método científico que permite compreender fenômenos sociais à luz de outros teóricos, conferindo rigor e consistência à análise. Assim, a pesquisa busca oferecer uma leitura crítica sobre a trajetória política e institucional de Rousseff, articulando os planos histórico, jurídico, político e de gênero em um diálogo interdisciplinar sustentado por fontes primárias e secundárias.

4. Resultados e Discussão

4.1. Ditadura e Resistência

A juventude de Dilma Rousseff foi marcada pela resistência à ditadura civil-militar instaurada em 1964. Militante de organizações revolucionárias, Dilma foi presa em 1970 e submetida à tortura por mais de vinte dias, experiência que se tornou símbolo da violência de Estado e da repressão política no Brasil. Sua história insere-se na narrativa das mulheres que ousaram politizar a existência num regime que negava o direito de existir politicamente. Assim, como observa Souza-Lobo (2021), “frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”.

A análise das fontes do projeto Memórias da Ditadura (s.d.) evidencia que o sofrimento de Rousseff foi incorporado à memória coletiva, transformando sua experiência pessoal em referência para debates sobre direitos humanos e responsabilização do Estado. A dimensão simbólica dessa resistência reforça a ideia de que a memória da opressão não deve permanecer relegada ao silêncio, mas atuar como instrumento de vigilância e crítica institucional.

A vivência do autoritarismo extremo forneceu a Rousseff um entendimento profundo da fragilidade democrática, que mais tarde se refletiria na criação da Comissão Nacional da Verdade e em sua defesa intransigente do Estado de direito. Resistir, portanto, se apresenta como a base ética e simbólica de toda a trajetória política que se seguirá.

4.2. A Memória e o Estado: A Comissão Nacional da Verdade como Ato Político

A criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012, sancionada por Dilma Rousseff, é um marco na consolidação da memória institucional e na promoção da justiça histórica no Brasil. O relatório oficial da CNV (BRASIL, 2014) demonstra que a comissão registrou violações de direitos humanos durante a ditadura, bem como legitimou o reconhecimento das vítimas e a responsabilização moral e política do Estado. Dilma, por meio da CNV, assumiu a tarefa de transformar memória em instrumento de democracia substantiva, confrontando décadas de omissão e silêncio do Estado e

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

reafirmando o direito à lembrança como elemento central da justiça de transição (BRASIL, 2014; MINAYO; VILLA, 2016).

O impacto da CNV ultrapassa a mera documentação histórica, de modo a evidenciar a centralidade da liderança política na construção de narrativas públicas e institucionais. Ao formalizar a investigação sobre tortura, desaparecimentos e repressão, a comissão propiciou um espaço de visibilidade e reparação simbólica para as vítimas, reafirmando o direito à memória como elemento central da justiça de transição (BRASIL, 2014; MINAYO; VILLA, 2016).

Nesse processo, Rousseff pode ser compreendida como protagonista de uma política de memória que articula passado e presente, evidenciando, à luz dos conceitos de lugares de memória de Nora (1984), a importância de instituições democráticas capazes de confrontar seu próprio legado autoritário.

4.3. Da Resistência ao Poder: Ascensão Presidencial e Ruptura do Imaginário Político

A eleição de 2010 e a ascensão de Dilma à presidência revelam a complexa interseção entre gênero e política. O debate midiático sobre sua liderança evidencia que a presença feminina no mais alto cargo do Executivo brasileiro desafiava paradigmas simbólicos profundamente enraizados, criando tensão entre tradição e inovação política (PINHEIRO, 2014).

Ao assumir a presidência, Rousseff encontrou resistência política e midiática, onde surgiram inúmeros questionamentos sobre sua “capacidade de liderar”, nos quais frequentemente carregavam implícita crítica de gênero, ressaltando padrões históricos de subalternização feminina.

A desqualificação de Dilma por parte da mídia e de seus opositores foi uma tática persistente, focada em construir uma imagem de despreparo e incapacidade intelectual. Esta estratégia discursiva, que incluía a ampla disseminação de memes e piadas sobre suas falas, visava deslegitimar sua autoridade política e moral.

Conforme apontado em análises sobre o discurso machista durante seu processo de impeachment, termos como “louca” e “burra” foram empregados para questionar a competência da ex-presidente, recorrendo a percepções misóginas que sugerem que a mulher não é capaz de ocupar um cargo de poder (SUDRE, 2020).

Essa associação depreciativa foi tão explícita que uma empresa de cursinhos chegou a usar a imagem da ex-presidente em um anúncio com o slogan “Como deixar de ser burro e vencer as dificuldades no estudo”, um ato que a justiça reconheceu como “extremamente ofensivo à honra” e que resultou em indenização (ÉBOLI, 2020).

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

O ataque à sua imagem, ao minar sua autoridade e competência perante a opinião pública, funcionou como um preparo midiático e social, pavimentando o caminho para o processo de destituição de 2016 e fomentando a percepção de que sua permanência na presidência era insustentável e inadequada.

4.4. O golpe de Impeachment: “Nós voltaremos!”

Durante o julgamento do impeachment, Dilma Rousseff protagonizou uma das cenas mais emblemáticas da história democrática recente: permaneceu por mais de quatorze horas respondendo a perguntas de senadores, reafirmando sua inocência e denunciando a natureza política do processo.

O episódio, analisado sob o viés jurídico-político, não pode ser reduzido a uma avaliação técnica de normas fiscais, como sugerem os discursos oficiais de sustentação do processo; ele evidencia a instrumentalização do direito em função de disputas políticas (MOREIRA; MOURA, 2021). Santos e Costa (2019) qualificam o impeachment como uma injustiça histórica, um verdadeiro golpe que expõe a fragilidade estrutural do sistema democrático brasileiro.

A defesa de Rousseff no Senado (BRASIL, 2016) apresentou uma contestação detalhada e um apelo à memória institucional e à legitimidade do voto popular. Suas intervenções foram um gesto de resistência política, evidenciando que o processo transcendia a esfera individual, afetando o conjunto da democracia brasileira.

A reflexão sobre o impeachment de 2016, frequentemente enquadrado por seus críticos como um "golpe" devido à ausência de crime de responsabilidade e à fragilidade das acusações (BRASIL DE FATO, 2022), encontra no discurso de despedida de Dilma Rousseff um manifesto de promessa política.

A primeira afirmação, "Não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles", transcende a derrota momentânea, elevando o conflito a um tribunal superior: o da memória e da História. Ao profetizar a "implacabilidade" da História, a ex-presidente buscou deslegitimar a vitória de seus opositores como uma conquista efêmera e moralmente condenável. Essa frase não só denuncia a ruptura institucional de 2016, mas também sinaliza que os "vencedores" daquele processo seriam, a longo prazo, marcados pela mácula da violação democrática, confirmando o sentimento de que o ato não foi apenas político, mas uma quebra de normas que teria consequências nefastas para o futuro do país – um prenúncio que muitos associam à crise política e social que se seguiu.

A segunda declaração, "Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano" (ROUSSEFF, 2016), atua como um ato de resiliência. Em face da interrupção do mandato, a promessa de "volta" ressalta a natureza ideológica da disputa,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

posicionando o impeachment como um mero hiato, e não um ponto final, na luta pela soberania popular.

Assim, o discurso de Dilma, simultaneamente amargo e esperançoso, consolida a visão do processo de 2016 não como um revés legal, mas como um golpe político que fracassou em derrotar a totalidade de um movimento e de uma ideia.

4.5. Do Golpe à Reconstrução: Liderança Internacional no BRICS

Após o impeachment, Dilma Rousseff manteve-se ativa na cena política internacional. Em 2023, assumiu a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), instituição financeira do bloco econômico BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Sua nomeação marca uma nova etapa em sua trajetória, deslocando seu protagonismo da esfera nacional para o contexto internacional (AGÊNCIA BRASIL, 2023; NDB, 2023; GOV.BR, 2025).

O exercício da liderança NDB representa a continuidade resiliente de seu projeto político, agora transposto para as arenas globais de poder. A sua atuação à frente da instituição, focada em financiar o desenvolvimento sustentável e a infraestrutura dos países do Sul Global, demonstra um papel estratégico do Brasil (CORSO DUVAL; ANDREIS, 2021). A própria ex-presidente ressalta o foco da organização nas necessidades dos países emergentes, afirmando que o modelo adotado rompe com paradigmas tradicionais ao ser "guiado pela demanda dos países-membros", sem impor "condicionalidades políticas ou econômicas" e, acima de tudo, respeitando a sua "soberania" (ROUSSEFF, 2025).

Tal postura geopolítica, que busca uma arquitetura financeira global mais equânime e desafia a hegemonia de instituições financeiras ocidentais (CNN BRASIL, 2023), evidencia a capacidade de Rousseff de transformar a adversidade política nacional em atuação de alcance global.

Sua nomeação simboliza o reconhecimento internacional de sua trajetória e reafirma seu papel como liderança feminina em espaços globais historicamente dominados por homens. O posto reforça a imagem de Dilma como "mulher do amanhã": resiliente, diplomática e comprometida com a construção de uma ordem mundial multipolar e mais equitativa.

Considerações Finais

O percurso de Dilma Rousseff emerge como uma metáfora da própria história recente do Brasil, tensionada entre o autoritarismo e a consolidação democrática. A superação da tortura na Ditadura Militar é o ato fundacional que confere autoridade moral à sua agenda subsequente, culminando na instituição da Comissão Nacional da Verdade. Ao criar este "lugar de memória"

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceite: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

(NORA, 1984), o governo petista cumpriu um imperativo histórico e demonstrou um compromisso político radical em confrontar o legado de violência estatal, vital para a saúde da República.

A ascensão de Rousseff à Presidência, contudo, mostrou a fragilidade das estruturas democráticas frente a um assalto político e midiático. A campanha de desqualificação e a subsequente ruptura de 2016 – amplamente interpretada como um "golpe" por setores do campo progressista (BRASIL DE FATO, 2022) – não foi uma mera disputa de poder, mas uma tentativa de interditar o projeto de desenvolvimento inclusivo e soberano conduzido pelo Partido dos Trabalhadores. Ao desafiar o processo com a sentença "A história será implacável com eles" (ROUSSEFF, 2016), a líder personalizou a resistência, invocando o juízo da História para expor a ilegitimidade da manobra e proteger a memória do projeto político que representava.

O capítulo final desta trajetória é o mais eloquente: a presidência do NDB do BRICS. Longe de ser um mero exílio político, este cargo estratégico consolida a visão de política externa do PT, focada na multipolaridade e na cooperação Sul-Sul. Dilma transforma a derrota doméstica em uma plataforma de projeção global, onde defende um modelo de desenvolvimento que respeita a "soberania" e não impõe "condicionalidades" (ROUSSEFF, 2025). A sua presença no NDB é a materialização da resiliência, provando que, mesmo diante do trauma e da traição, o projeto político de um Brasil soberano e socialmente justo encontrou uma nova arena para florescer, garantindo que a voz e a visão desse movimento jamais seriam silenciadas.

Referências

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1958. Disponível em: https://monoskop.org/images/e/e2/Arendt_Hannah_The_Human_Condition_2nd_1998.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade: relatório final*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/Relatorio_Final_CNV.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume 1*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Veja a íntegra do discurso de defesa de Dilma no Senado*. Agência Senado, Brasília, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. *Em discurso de despedida há seis anos, Dilma profetizou país de Bolsonaro*. Brasil de Fato, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/em-discurso-de-despedida-ha-seis-anos-dilma-profetizou-pais-de-bolsonaro>. Acesso em: 27 ago. 2025.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

DILMA. *Rousseff começa a comandar Banco do Brics*. Agência Brasil, Brasília, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/dilma-rousseff-comeca-comandar-banco-do-brics>. Acesso em: 02 set. 2025.

DILMA. *Discursa após aprovação do impeachment e diz que senadores rasgaram a Constituição*. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/497292-dilma-discursa-apos-aprovacao-do-impeachment-e-diz-que-senadores-rasgaram-a-constituicao/>. Acesso em: 02 set. 2025.

ÉBOLI, Evandro. *Chamada de burra, Dilma ganha processo e receberá R\$ 60 mil*. Veja, 25 maio 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/chamada-de-burra-dilma-ganha-processo-e-recebera-r-60-mil/>. Acesso em: 02 set. 2025.

ÉBOLI, Evandro. *Chamada de burra, Dilma ganha processo e receberá R\$ 60 mil*. Veja, 25 maio 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/chamada-de-burra-dilma-ganha-processo-e-recebera-r-60-mil/>. Acesso em: 15 set. 2025.

EL PAÍS BRASIL. *Dilma Rousseff: "A história será implacável com os que se julgam vencedores"*. El País Brasil, 1 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/politica/1472683040_966146.html. Acesso em: 15 set. 2025.

FALCÃO, Fernando. *Impeachment de Dilma Rousseff*. São Paulo: Letra e Imagem, 2017.

GOVERNO DO BRASIL. *Dilma Rousseff é reeleita presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/noticias/dilma-rousseff-e-reeleita-presidente-do-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>. Acesso em: 17 set. 2025.

GOVERNO DO BRASIL. *Dilma Rousseff é a primeira ex-presidenta indenizada por tortura e recebe pedido de desculpas do Estado*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/05/22/dilma-e-primeira-ex-presidenta-indenizada-por-tortura-e-recebe-pedido-de-desculpas-do-estado/>. Acesso em: 17 out. 2025.

LEIA. *Na íntegra o discurso de Dilma Rousseff após o impeachment*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1809106-leia-na-integra-o-discurso-de-dilma-rousseff-apos-o-impeachment.shtml>. Acesso em: 22 set. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Dilma Rousseff*. [S.l.]: Memórias da Ditadura, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dilma-rousseff/>. Acesso em: 22 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; VILLA, Marina. *Memória e democracia: a Comissão Nacional da Verdade no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/21410>. Acesso em: 23 set. 2025.

MOREIRA, L.; MOURA, G. A. C. *Entre o direito e a política: uma análise do impeachment de Dilma Rousseff*. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, Franca, v. 25, n. 41, p. 98-112, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10218636.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceite: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

MORITZ, Maria L. *Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/GqKkzKJdfWrGrMdhY8LBHBK/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2025.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1984.

NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de mémoire. Tome I: La République*. Paris: Gallimard, 1984.

NDB. *President Dilma Rousseff Reported to BRICS Leaders at the 15th BRICS Summit*. New Development Bank, Xangai, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/ndb-president-dilma-rousseff-reported-to-brics-leaders-at-the-15th-brics-summit/>. Acesso em: 12 out. 2025.

NOVO Banco de Desenvolvimento. *Consolida expansão estratégica e reforça compromisso com desenvolvimento sustentável do Sul Global*. Gov.br - BRICS, Brasília, 5 jul. 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/novo-banco-de-desenvolvimento-consolida-expansao-estrategica-e-reforca-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel-do-sul-global>. Acesso em: 12 out. 2025.

PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALTOÉ, André S. “A Comissão Nacional da Verdade e suas ressonâncias nos campos da memória e da justiça”. *Revista de Direito*, v. 23, n. 2, p. 45-67, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/B7zwx5bQ97VkSj5YJ8mKLwP/>. Acesso em: 12 out. 2025.

PINHEIRO, N. F. S. “Dilma Rousseff, uma mulher fora do lugar”: mídia, gênero e política na cobertura da imprensa sobre a eleição de 2010. In: ENCONTRO DE ESTUDOS

MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 10., 2014, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2014. p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.

PINTO, P. P. “É da época e deu”: usos do passado nas narrativas sobre a participação de Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil. *Revista Perseu*, São Paulo, n. 07, ano 5, p. 191-223, 2011. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/37>. Acesso em: 16 out. 2025.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 2, p. 304-332, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/D5dqMJzXKPr4nqyhGmcP6NM/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2025.

REUTERS. *Ex-presidente do Brasil, Rousseff, recebe alta de hospital em Xangai.*, 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/ex-brazil-president-rousseff-discharged-shanghai-hospital-2025-02-28/>. Acesso em: 16 out. 2025.

REUTERS. *Ex-presidente do Brasil, Rousseff, hospitalizada em Xangai.*, 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/ex-brazil-president-rousseff-hospitalized-shanghai-brazilian-media-reports-2025-02-24/>. Acesso em: 20 out. 2025.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 24/10/2025 | aceito: 26/10/2025 | publicação: 28/10/2025

ROUSSEFF, Dilma. *[Não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles. A frase continua...]* X, 1 set. 2016. Disponível em: <https://x.com/dilmabr/status/771054302123229185>. Acesso em: 23 out. 2025.

ROUSSEFF, Dilma. *Novo Banco de Desenvolvimento consolida expansão estratégica e reforça compromisso com desenvolvimento sustentável do Sul Global*. BRICS, 5 jul. 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/novo-banco-de-desenvolvimento-consolida-expansao-estrategica-e-reforca-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel-do-sul-global>. Acesso em: 20 out. 2025.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. *Pesquisa bibliográfica: rigor e qualidade na construção do conhecimento científico*. Revista Práxis, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 29-37, 2009. Disponível em: <https://revistas.unifaa.edu.br/index.php/praxis/article/view/113>. Acesso em: 20 out. 2025.

SAISI, Kátia. *A construção da imagem política de Dilma Rousseff na mídia: a propaganda televisiva x a cobertura jornalística na Folha e no Estado na campanha de 2010*. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 31–50, jul./set. 2014. Disponível em: <https://>